

Os passivos na saúde pública: uma contextualização socioeconômica entre o meio ambiente, a saúde e os gastos públicos

The passivos in public health: a socioeconomic context between the environment, health and public spending.

DOI:10.34117/bjdv6n11-325

Recebimento dos originais: 16/10/2020

Aceitação para publicação: 16/11/2020

Maryângela Godinho Pereira Bena

Enfermeira, pós-graduada em gestão e docência do ensino superior, enfermeira do trabalho, especialista em saúde da família e Mestre em Meio Ambiente pela Universidade Ceuma.

E-mail maryangelapereira@hotmail.com.br

Lauralice Ferreira Araujo

Pós-graduada em Gestão Pública, Contabilista, Ambientalista e Mestre em Meio Ambiente.

Julia de Aguiar Baldez Sousa

Estética e Cosmética, Pós-graduada em Dermoestética

Mirian Tereza Holanda Cavalcanti de Andrade Belfort Gomes

Fisioterapeuta, Pós-graduada em Terapia Intensiva e Mestranda em Gestão e Serviços de Saúde.

Gleice Melo da Silva

Pós-graduada em Biblioteconomia, Mestranda em Meio Ambiente.

Jadenn Rubia Lima Costa

Fonoaudióloga, Pós-graduada em Fonoaudiologia hospitalar, mestranda em Meio Ambiente

Elias Victor Figueiredo dos Santos

Fonoaudiólogo, Pós-graduado em Neurociência, Mestre em Meio Ambiente.

Alanildes Silva Bena

Fisioterapeuta, Pós-Graduada em Dermatofuncional, Mestranda em Meio Ambiente.

Bruna Katarine Beserra Paz

Fisioterapeuta, Pós-graduada em Fisioterapia Intensiva e Suporte Ventilatório, Mestre em Meio Ambiente.

RESUMO

Este artigo pontua os impactos ocasionados pela falta de planejamento ambiental com relação ao aumento de doenças patogênicas, destacando como esse descontrole ocasiona agravos relevantes aos cofres públicos. Esse contexto nos possibilita compreender como as ações de controle do ar não realizadas anteriormente tem efeito sazonal nos resultados socioeconômicos. Questionando dentre outros pontos, a má qualidade dos serviços oferecidos à população na saúde pública. O entendimento dessa vertente só foi possível com a ajuda do Ministério da Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz e a Organização Mundial de Saúde, que nos permitiu evidenciar como os gastos públicos vêm se multiplicando ao longo dos anos, constituindo assim a necessidade de formalizar parâmetros adequados para trabalhar o Plano Nacional de Saúde e Ambiente e suas diretrizes para redução dos passivos e complementação de sua eficiência para a população.

Palavras-chave: controle do ar, planejamento ambiental, saúde.

ABSTRACT

This article points out the impacts caused by the lack of environmental planning in relation to the increase of pathogenic diseases, highlighting how this lack of control causes relevant damages to the public coffers. This context allows us to understand how previous control actions have a seasonal effect on socioeconomic results. Questioning among other points, the poor quality of the services offered to the population in public health. The understanding of this aspect was only possible with the help of the Ministry of Health, the Oswaldo Cruz Foundation and the World Health Organization, which allowed us to show how public spending has been multiplying over the years, thus constituting the need to formalize adequate parameters To work on the National Health and Environment Plan and its guidelines for reducing liabilities and complementing their efficiency for the population.

Keywords: control, Environmental planning, health.

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos pontuados entre o meio ambiente e a sociedade vem se propagando ao longo do tempo, em decorrência de ações antrópicas, o homem vem sofrendo por seus atos irresponsáveis, com isso, estamos muito mais voltados para o capitalismo do que para o meio ambiente, porém nos falta critérios pontuais, como a educação ambiental, e o valor ao sustentável ao invés do dinheiro. Defini o desenvolvimento sustentável, nos remete a três critérios essenciais, segundo ao relatório da Comissão Brundtland, divulgado em 1987, que meio ambiente seja: economicamente viável, socialmente equitativo e ecologicamente inofensivo, tais critérios. Não foram levados em consideração a proporção ética da vida em sociedade. A ideia de que crescimento econômico é obrigatório para a existência de desenvolvimento é um argumento inconsistente. A sociedade frustra-se diante da impossibilidade do governo em atender as suas necessidades de bem-estar, questões como saúde ficam cada vez mais distante, e ações antrópicas ficam cada dia mais evidente. (RIBEIRO, 2010)

Nessa base a tênue realidade do meio se constitui, aspecto ambientais como poluição do ar está cada vez mais vinculado aos impactos cardiorrespiratórios na saúde. A compreensão dos determinantes socioambientais gerados no processo é ancorada na compreensão de que a problemática ambiental não é ideologicamente neutra e nem alheia a interesses econômicos e sociais.

Tal problemática constitui no processo histórico dominado pela expansão dos modos de produção, pelos padrões tecnológicos gerados, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre espaços geográficos, classes sociais e o interesse industrial. Este processo gera efeitos econômicos, ecológicos e culturais desiguais sobre diferentes regiões, populações, classes e grupos, bem como perspectivas diferenciadas.

Mas quando se trata de poluição do ar, o impacto no ser humano é devastador. O Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (PROAM), fundado em 2003, evidencia essa relação multidimensional, que estimula ações e políticas públicas em prol do meio ambiente, principalmente das ações nas áreas urbanas, no estudo de um planejamento voltado para saúde pública, que tem sido tema de ampla discussão, envolvendo diversas áreas, desde a política econômica até a psicossocial. (EPISTEMOLOGIA AMBIENTAL, 2013).

Esses fatores afetam o nível dos gastos públicos e como as oscilações ocorrem, afetando principalmente a renda nacional, a capacidade do governo em obter receitas, os problemas sociais, as mudanças políticas, o desenvolvimento tecnológico, os gastos públicos entre outros. Esses últimos influenciam no comportamento e no nível de gastos governamentais, direta ou indiretamente, em qualquer país do mundo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no estado de São Paulo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, destacando os impactos da poluição do ar, e a projeção estimada entre 2013 a 2030 sobre o processo de internação em unidades públicas e privadas com os índices de internação e gastos público, com destaque para a falta de planejamento, evidenciando que ultrapasse a demanda esperada caso não ocorra um controle ambiental. Nesse estudo multidisciplinar foi considerada a análise bibliográfica de relatórios que retratam esse vertente. Foram consideradas também fatores como a poluição principalmente por material particulado que podem impactar na mortalidade infantil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa mostrou que, caso não ocorra à redução de 5% até 2030 na utilização do material particulado, teremos um aumento considerável de doenças cardiorrespiratória, mortes etc. e no aspecto econômico um aumento exorbitante de gastos públicos.

Indicadores	Cenário estacionário	Aumento PM ^{2.5} em 5% até 2030	Redução PM ^{2.5} em 5% até 2030
1) Mortalidade			
Geral	246.375	256.515	236.198
Neoplasia	28.248	29.347	27.139
Cardiovascular	128.520	133.560	123.442
2) Internações			
Neoplasias	28.534	29.538	27.514
Cardiovasculares	342.347	355.559	329.025
Respiratória idosos	416.590	432.289	400.677
Respiratória Crianças	130.364	134.784	125.940
Soma de internações	917.835	952.134	883.156
3) Gastos com Internações			
Neoplasias	29.256.276	30.282.829	28.212.245
Cardiovasculares	1.059.331.412	1.100.078.936	1.018.243.996
Respiratória idosos	409.010.535	424.410.176	393.400.681
Respiratória Crianças	126.583.685	130.840.589	122.287.311
Soma de internações	1.624.181.908	1.685.612.530	1.562.144.233

Fonte: Projeção de mortalidade - SIM, SIH/SUS, IBGE (2013).

4 CONCLUSÕES

Com isso, é necessário trabalhar ações preventivas ao meio ambiente que possibilite o trato e a recuperação do planeta, como a redução de poluentes ou mesmo a proibição de uso de tudo que prejudica a vida humana. Além disso, é necessário trabalhar a promoção da saúde levando a todos a educação ambiental que norteiam dias melhores.

Nessa base, espera-se uma programação do poder público para tratar questões como monitoramento do ar com mais seriedade e pontualidade, reduzindo com isso os danos ambientais e prevenindo com isso a contaminação a vida, ao clima e conseqüentemente aos cofres públicos.

Uma sociedade doente é o verdadeiro resultado de um diagnostico solitário daquilo que não foi planejado, pois a questão atual a ser tratada é mais necessária para continuarmos evoluindo em geração, em recurso e em vida.

REFERÊNCIAS

BANDIERA, O., PRAT, A., & VALLETTI, T. (2009). **Active and passive waste in government spending: evidence from a policy experiment**. *American Economic Review*, 99 (4), 1278-1308.

BRASIL, SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%202004>. Acesso em: 10 de out.2016

BRASIL. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1993.

CAMARA, V.M.; TAMBELLINI, a.t. **Considerações sobre o uso da epidemiologia nos estudos em saúde ambiental**. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 95-104, 2003.

FONSECA-SOBRINHO D. **Estado e população: uma história do planejamento familiar no**

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Curso Básico de Vigilância Ambiental em Saúde – CBVA**. Brasília:FUNASA.No prelo ago\set. 2000

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A.C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro:Elsevier, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Comitê estatístico social - SIM, SIH/SUS, 2013. Disponível em: <http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/ministerio-da-saude/sistema-de-informacoes-de-mortalidade-sim.html>. Acesso em : 10 de out.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (PROAM). Disponível em: <http://www.proam.org.br/instituto.asp>

Leff E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez; 2013.

MARA, D.D.; FEACHEM, R.G.A. **Water: and excreta-related diseases: unitary environmental classification**. *Journal of environmental engineering*, april 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Indicadores para o estabelecimento de políticas e a tomada de decisão em saúde ambiental**. No prelo 1998.

OSIS MJD. PAISM: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. *Cad Saude Publica* 1998; 14(Supl.1).

RIANI, F. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, JA; PIOLA, SF e SERVO, LMS. **As novas configurações de antigos problemas: financiamento e gasto com ações e serviços públicos de saúde no Brasil**. Apresentado na II Jornada de Economia da Saúde da ABRES, Belo Horizonte, Dez. 2010. Publicado na Revista Divulgação em Saúde Para Debate, CEBES: Rio de Janeiro.

SCHIEBERet al. **Financing global health: Mission unaccomplished**. *Health Affairs*, Vol. 25, n 4, p. 921-934, 2007. SERVO, L. M. et al.